

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 5ª REGIÃO – CORECON/BA, REALIZADA NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aos sete dias do mês de novembro de 2019, às 12:30 horas, na sede do Conselho Regional de Economia da 5ª Região/BA, localizada na Rua Frederico Simões, 98 Edf. Advanced Trade Center, sala 505, nesta capital, foi realizada a Sessão Plenária Ordinária do CORECON/BA, com a finalidade de discutir e deliberar a seguinte Pauta: II – APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ANTERIOR – Plenária Ordinária realizada no dia 02 de outubro de 2019. II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE: 2.1 Congresso Brasileiro de Economistas e Plenária Ampliada – Relato. 2.2 – Debate sobre a PEC 108 dos Conselhos de Classe – Relato. 2.3 – Curso do Núcleo de Perícia – Relato. 2.4 – Evento na UESB Vitória da Conquista – Relato. 2.5 – Encontro de Economia Baiana – Relato. III – ORDEM DO DIA: 3.1 – Prestação de Contas do 3º Trimestre. 3.2 – Resultado da eleição e homologação do Dossiê Eleitoral. 3.3 – Definição do valor da anuidade para o exercício de 2020. 3.4 – O que ocorrer.

Estiveram presentes na Sessão Plenária o Presidente do CORECON/BA Reinaldo Dantas Sampaio, o Vice-Presidente Carlos Rodolfo Lujan Franco e os Conselheiros Oswaldo Guerra, Marcelo Santos, Fernando Baptistella Fernandes, Maria Lucia Cunha de Carvalho e Ana Cristina Cerqueira. Estiveram também presentes o Conselheiro Federal Paulo Dantas da Costa, a Assessora de Comunicação Lívia Santana e o Superintendente Bruno Pires Sacramento. Justificaram suas ausências os Conselheiros Gustavo Pessoti, Livio Wanderley, Luis Barreiros Gavazza e Marcus Emerson Verhine. A seguir o Presidente Reinaldo Sampaio iniciou os trabalhos da Plenária para discussão e deliberação da Pauta. I – APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ANTERIOR – Plenária Ordinária realizada no dia 02 de outubro. A referida ata foi aprovada por todos os presentes. II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE: 2.1 – Congresso Brasileiro de Economistas e Plenária Ampliada – Relato: O Presidente Reinaldo Sampaio informou que não pode participar do evento, sendo representado pelo Vice-presidente Carlos Rodolfo Lujan, ao qual solicitou que fizesse suas observações sobre o assunto. Com a palavra, o Vice-presidente Rodolfo Lujan informou que apesar do número de participantes ser menor do que o Congresso de Belo Horizonte, o evento foi muito bom e bem organizado e parabenizou o Corecon/SC pela coragem de fazer um evento dessa natureza em um momento tão conturbado para os Regionais. Informou que o Presidente do Corecon/SC mencionou que foi muito difícil organizar o evento pois recebeu muitas promessas de apoio mas pouca coisa concreta, com menos recursos e dificuldade de encontrar palestrantes. Também parabenizou o Corecon/SC pela agilidade em solucionar problemas pontuais, inclusive substituindo palestrantes quando necessário. Prosseguiu informando a excelente conferência de Paulo Nogueira Batista Jr e de Guilherme Boulos que falou com bastante propriedade e de forma bastante didática sobre o Sistema Tributário Brasileiro e de como o mesmo é regressivo. Prosseguiu dizendo que Guilherme Boulos fez até uma proposta sobre a criação de um imposto ecológico, que diminuiria gradativamente na medida em que as montadoras construíssem veículos mais econômicos. Informou que no evento estiveram presentes o Embaixador de Cuba e outros cubanos que demonstraram como os EUA são cruéis com os países da América Latina

através de embargos econômicos, causando mais empobrecimento e desigualdades sociais. Disse que o Congresso foi muito bom e que Paulo Nogueira Batista Jr mostrou como o mundo está mudando em termos de relações econômicas através das políticas nacionalistas, onde os países deverão se especializar naquilo em que forem mais competitivos. Mencionou que a palestrante Celina Ramalho projetou que no futuro o Brasil se especializará na produção agrícola e de energia. Informou que participou de um curso de perícia muito bom com peritos de Santa Catarina, onde foram levantadas questões que ele já havia pensado e foram confirmadas, a exemplo do desconhecimento dos estudantes sobre o tema, incluindo a academia e também a necessidade de políticas de aproximação com o poder judiciário. Declarou que também participou de uma reunião com peritos, na qual o Conselheiro Federal Paulo Dantas esteve presente, ficando estabelecido que os Corecon's do Sul, Minas Gerais e Bahia passariam a interagir para discutirem sobre perícia, criando bases de entendimento. Informou que no Paraná o Núcleo de Perícia organiza cursos e se dispuseram a vir à Bahia para discutir com o Núcleo local sobre formato de curso de perícia para 2020. Sobre a Plenária Ampliada informou que inicialmente lhe chamou a atenção o formato físico da mesma que separa os Conselheiros Federais dos Presidentes dos Regionais, quando na verdade esta separação não deveria existir pois todos deveriam participar de todas as discussões e deliberações, mas que não é assim. Disse que defendeu de forma muito incisiva os itens de pauta encaminhados pelo Corecon/BA, principalmente no tocante aos custos com o novo sistema contábil e a PEC 108 que se aprovada ameaçará a existência dos Conselhos de Classe. Informou que o Corecon/BA fez ajustes internos para diminuir o déficit projetado em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o exercício e que o Corecon/BA estava falido, impossibilitando o pagamento dos custos com o Sistema Contábil. Informou que para sua surpresa todos os demais Conselhos permaneceram calados, sem nenhuma reação, o que lhe causou estranheza mas depois descobriu que o motivo era que o Cofecon subsidiava financeiramente esses Regionais. O Conselheiro Paulo Dantas informou que antigamente era o Cofecon que pagava pelo uso do sistema e que agora passará a ser custeado pelos Regionais. Quanto aos apoios, não se tratam de subsídios, mas, na participação nos Encontros Regionais, no CBE e Premiações dos Regionais, desde que demonstrem dificuldades financeiras. O Vice-presidente continuou informando que percebeu que tudo é uma questão de articulação política prévia e que o Corecon/BA tem condições de coordenar um processo de articulação com os Presidentes para discussão de temas e colocar em pauta a questão da autonomia dos Corecon's reagindo às decisões do Cofecon. O Corecon/MG sugeriu a criação de um Fórum dos Presidentes mas não houve repercussão. O Conselheiro Federal Paulo Dantas informou que o Congresso é feito pelo Cofecon e um Conselho Regional. Que houve um pequeno desentendimento entre os Presidentes do Cofecon e do Corecon/SC devido à participação de Guilherme Boulos. Informou que por conta do desentendimento o Presidente do Regional sequer recebeu o palestrante e que advertiu o Presidente dizendo que esta postura não estava correta e que na condição de anfitrião ele deveria receber o palestrante, que fez uma palestra de alto nível, independente do seu lado político. O Conselheiro Federal Paulo Dantas continuou dizendo que o Vice-presidente Rodolfo Lujan disse que o Corecon/BA era insignificante para o Sistema Cofecon/Corecon's, o que não

é verdade. Ao contrário, o Corecon/BA sempre foi atuante, firme e sempre teve papel de destaque no Sistema em todos os momentos em que foi necessário se posicionar, inclusive, quando o Sistema foi fortemente atingido nas gestões dos Presidentes do Cofecon Sinésio Batista e Pepeu Garcia que o sucedeu. Neste momento, o Corecon/BA, juntamente com outros sete Conselhos fizeram oposição e depois de muita luta restabeleceram ao Sistema o equilíbrio que perdura até hoje. Prosseguiu dizendo que o Vice-presidente Rodolfo Lujan está conduzindo uma briga com o Conselho Federal que sequer tem conhecimento do que se passa e que para ser justo e honesto é necessário e preciso que se diga porque está brigando e o faça com propostas para que as coisas sejam modificadas. O Vice-presidente Rodolfo Lujan mencionou que não disse que o Corecon/BA era insignificante e sim que diante das circunstâncias atuais, é necessário que o Corecon se posicione de maneira mais firme, especialmente diante da diminuição de suas receitas e aumento de custos pelo Cofecon e sobre a PEC 108 que ameaça a existência dos Conselhos de Classe. O Presidente Reinaldo Sampaio ponderou que diante da importância do tema, o mesmo fosse discutido em outra oportunidade fora do Plenário, com a instituição de uma agenda positiva. A Conselheira Lúcia Carvalho achou o debate sobre a PEC 108 que aconteceu na Assembleia Legislativa da Bahia por iniciativa do Deputado Marcelino Galo, bastante produtivo e bem representativo, pois estavam presentes 18 Conselhos de Classes, além dos Deputados Marcelino Galo, Maria Del Carmen, Rosemberg Pinto e Nelson Pelegrino. O Conselheiro Marcelo Santos disse que achou o debate bastante proveitoso mas que precisa ser difundido e ter aumentada a sua representação política. Saliou que o Presidente do Corecon/RJ, economista João Manoel também esteve presente, louvou a iniciativa do debate e do Corecon/BA e informou que tentará mobilizar parlamentares no Estado do Rio de Janeiro para fazer eventos da mesma natureza. A Conselheira Lúcia Carvalho comentou sobre a fala do Deputado Rosemberg Pinto quando disse que a PEC 108 não pode ser abordada apenas quanto à ameaça de extinção dos Conselhos de Classe, mas também sobre a ótica de salvaguardar a democracia e a sociedade. O Conselheiro Marcelo Santos reafirmou que a participação de parlamentares nesse processo é de fundamental importância, bem como a união dos Conselhos de Classes para mobilizarem suas bases. A Conselheira Lúcia Carvalho concordou que os Conselhos devem seguir unidos nos posicionamentos. O Conselheiro Federal Paulo Dantas informou que estes assuntos sempre foram tratados no âmbito do Conselhão, pois é a melhor instância para tratar a matéria, porém, recentemente descobriu-se que o Presidente deste Fórum, José Augusto Viana está alinhado com as propostas do Governo Federal. O Vice-presidente Rodolfo Lujan se disse surpreso com a fala do deputado Nelson Pelegrino que disse achar que a PEC 108 não passa, pois para sua aprovação é necessário quórum qualificado de 3/5 dos deputados. A Conselheira Lúcia Carvalho disse que o Fórum tem que ser continuado e cada vez mais com a interação de outros Fóruns Regionais. O Presidente Reinaldo Sampaio informou que o Fórum da Bahia está em constante interação com o de Pernambuco.

### 2.3 – Curso do Núcleo de Perícia – Relato:

O Vice-presidente Carlos Rodolfo Lujan informou que no dia 26 de outubro de 2019, ocorreu na sede do Corecon/BA a primeira etapa do Curso Básico de Análise e Viabilidade Econômica e Financeira, promovido pelo Núcleo de Perícia da Bahia e ministrado pelo Conselheiro Alex Gama.

Prosseguiu dizendo que o conteúdo do curso foi muito bom e o Conselheiro Alex Gama é muito qualificado e que o setor administrativo do Corecon prestou todo o apoio necessário para que o curso acontecesse sem intercorrências. Concluiu informando que no próximo dia 09 de novembro haverá o segundo encontro do curso que tem carga horária de 12 horas.

2.5 – Encontro de Economia Baiana – Relato: O Presidente Reinaldo Sampaio informou que ficou muito honrado em participar do evento e que achou muito bom. Salientou que os debates foram muito produtivos para a categoria que pôde interagir com os palestrantes. Mencionou que por se tratar de um evento fora da Academia, a participação dos estudantes foi menor, porém, a participação dos profissionais economistas foi maior do que o habitual para esse tipo de evento. O Conselheiro Oswaldo Guerra ponderou que a organização de um evento dessa natureza não pode ficar somente a cargo do Cerimonial, que não teve o cuidado devido em relação ao tempo determinado das palestras, que não foram iguais para todos os palestrantes, o que prejudicou o evento, principalmente no tempo de cada um para responder aos questionamentos da plateia, especialmente na palestra de José Sérgio Gabrielli. O Presidente Reinaldo Sampaio informou que a organização não foi feita pelo Corecon/BA, mas que de fato, o tempo não foi igual para todos ficando uns com mais e outros com menos tempo disponível e que se tivesse um coordenador de mesa isso não teria acontecido.

2.5 – Evento na UESB em Vitória da Conquista – Relato: O Presidente Reinaldo Sampaio informou que também ficou muito honrado em participar da Semana de Economia da UESB, evento que já está em sua XVIII edição. Continuou declarando que o evento também foi muito bom e que ficou surpreso com a participação dos estudantes e professores que interagiram bastante e permaneceram até o final do evento sem evasão. O Vice-presidente Rodolfo Lujan informou que precisaria se ausentar da reunião pois teria um outro compromisso.

III – ORDEM DO DIA: 3.1 – Prestação de Contas do 3º Trimestre. O Presidente Reinaldo Sampaio se antecipou dizendo que desde o exercício de 2016 o Conselho fecha com déficit e que nos anos anteriores a posição do mesmo período era mais favorável do que o atual. O Conselheiro Federal Paulo Dantas mencionou sobre um possível déficit que foi comentado em outras plenárias e o contador Pedro Gomes informou que com as medidas de contenção que foram tomadas, já se começou a diminuir as despesas e o resultado final do exercício será um déficit muito menor do que se não tivessem sido implementadas. Mencionou que o resultado negativo do 3º trimestre se deu pela diminuição das receitas em relação ao segundo trimestre e embora as despesas tenham sido reduzidas, o trimestre ainda fechou com déficit. O Conselheiro Fernando Fernandes mencionou que se comparar com exercícios anteriores, a receita até que não foi muito baixa. O Contador Pedro Gomes informou que o déficit do trimestre em parte é também por causa de despesas inerentes ao período, como as comemorações da Semana do Economista, que neste ano foi de aproximadamente R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), bem como a um bloqueio judicial no trimestre de R\$ 6.242,00 (seis mil, duzentos e quarenta e dois reais). No exercício já são R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) bloqueados pela justiça. O Conselheiro Oswaldo Guerra perguntou se os bloqueios eram referentes a auditores e por que aconteciam. O Superintendente Bruno Pires explicou que não se tratam de ações exclusivas de auditores. São ações movidas contra o Conselho onde os economistas pedem indenizações por danos morais por exemplo e alguns juízes bloqueiam

os valores até que o mérito da ação seja julgado. É uma espécie de garantia. Se ao final, ao julgar o mérito o magistrado entender improcedente, devolve o recurso às contas da entidade. O Presidente Reinaldo Sampaio ponderou que ainda neste semestre já será percebido o efeito dos ajustes implementados, porém ainda terão gastos consideráveis tendo em vista o pagamento do 13º salário dos servidores e o Superintendente Bruno Pires complementou informando que também terá despesas com os Correios haja vista a segunda cobrança anual está sendo preparada para os próximos dias. O Conselheiro Oswaldo Guerra ponderou que mesmo com estas despesas o déficit será bem menor do que o estimado antes das medidas de ajustes. O Conselheiro Fernando Fernandes sugeriu fazer uma projeção de receitas para o próximo exercício considerando os novos custos fixos, para se ter uma ideia do quanto se utilizaria das reservas da entidade para um comparativo com a necessidade de acréscimo no valor da anuidade, no sentido de estancar os déficits contínuos. O Contador Pedro Gomes informou que fez uma projeção onde se a receita de 2020 for semelhante à de 2019 e as despesas forem reduzidas em decorrência das medidas implementadas, o exercício de 2020 será superavitário. O Presidente Reinaldo Sampaio informou que precisamos melhorar a cobrança de pessoa jurídica que não é tão efetiva quanto a das pessoas físicas, o que fragiliza até as cobranças judiciais. Ponderou sobre a forma de se obter uma espécie de cadastro de empresas no estado para a possibilidade de exigência de registro no Corecon, talvez através da Junta Comercial. O Superintendente Bruno Pires informou que no passado o Corecon tinha um convênio dessa natureza com a Junta Comercial, porém era muito oneroso, pois se pagava por cada acesso e o mesmo foi descontinuado. Informou ainda que tentou viabilizar recentemente outro convênio com a Junta Comercial em outras bases, mas nos foi pedido que esperássemos, pois os novos convênios estão suspensos para análise por parte da Junta se serão cobrados ou não. O Conselheiro Federal Paulo Dantas informou que no passado a prefeitura forneceu dados de pessoas jurídicas através do Conselheiro Ósolo Frexeiras e o Superintendente Bruno Pires informou que fará contato com o mesmo para ver a possibilidade. O Presidente Reinaldo Sampaio finalizou dizendo que isso pode se configurar como uma fonte de receita considerável para o Conselho. O Contador Pedro Gomes informou que a inadimplência de Pessoa Jurídica é elevadíssima, na casa de 92%. O Superintendente Bruno Pires informou que os dados cadastrais não são atualizados como os de Pessoa Física, pois o convênio que o Cofecon tem com o Conselho Federal só possibilita a atualização dos dados de pessoas físicas. Concluiu pedindo ao Conselheiro Federal Paulo Dantas para tentar junto ao Cofecon que amplie o Convênio com a Receita Federal para a atualização de cadastro das pessoas jurídicas. Em seguida o Presidente Reinaldo Sampaio pediu ao Presidente da Comissão de Tomada de Contas do Corecon, Econ. Marcelo Santos que lesse o parecer que opinava pela aprovação das contas, que após lido e posto em discussão e em seguida em votação e foi aprovado por todos.

### 3.2 - Resultado da eleição e homologação do Dossiê Eleitoral.

O Presidente Reinaldo Sampaio pediu ao Superintendente Bruno Pires para prestar os esclarecimentos relativos ao tema. O Superintendente Bruno Pires informou que o Dossiê Eleitoral que ora apresentava para apreciação e aprovação do Plenário, era uma exigência do Cofecon. Continuou dizendo que a eleição transcorreu de forma muito tranquila

e que neste ano teve um número de eleitores muito maior do que no ano passado atribuindo o fato ao trabalho da comunicação que encaminhou para a categoria e postou reiteradas vezes, material sobre as eleições. Disse ainda que até as ligações recebidas para tirar dúvidas quanto o acesso ao site também foram menores e que apesar de disponibilizarem um computador para aqueles eleitores que preferissem votar na sede Conselho, neste ano não houve demanda. Prosseguiu informando que o resultado da eleição foi o seguinte: 193 votos válidos para a chapa única Valorizando a Profissão, 19 votos nulos e 12 votos em branco, totalizando 224 eleitores. Após as explicações do Superintendente Bruno Pires sobre o processo eleitoral e análise pelo Plenário do Dossiê Eleitoral, o documento foi aprovado por todos.

3.3 – Definição do valor da anuidade para o exercício de 2020: O Presidente Reinaldo Sampaio pediu ao Superintendente para prestar os esclarecimentos sobre o assunto. O Superintendente Bruno Pires informou que o Cofecon encaminhou aos Regionais a Resolução 2021 de 21 de outubro de 2019, que delibera sobre os valores que serão cobrados pelos Conselhos Regionais relativos à anuidade de 2020, bem como taxas e emolumentos para pessoas físicas e jurídicas. Declarou que o Conselho Federal estabelece um valor de anuidade, facultando aos Regionais um desconto de até 20% e mais 10% para quem paga o valor integral até 31/01 ou 5% para quem paga o valor integral até 28/02, a ser aprovado pelo Plenário de cada regional. Prosseguiu informando que antes da Lei 12.514/2011 o Cofecon estabelecia valores entre um piso e teto e dentro daquela margem os Conselhos poderiam definir suas anuidades, sendo que, diferente de alguns Regionais, o Corecon/BA sempre optou pelo piso e pelo percentual máximo de descontos para a categoria. Continuou informando que a Resolução prevê a atualização do valor da anuidade pelo INPC do período compreendido entre 1º de agosto de 2018 a 31 de julho de 2019, cujo percentual do período é de 3,16025%. O Presidente Reinaldo Sampaio perguntou qual o valor atual da anuidade e de quanto seria o acréscimo e o Superintendente Bruno Pires informou que o valor da anuidade vigente é de R\$ 461,86 (quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos) e que o reajuste seria de aproximadamente R\$ 14,59 (quatorze reais e cinquenta e nove centavos). O Conselheiro Oswaldo Guerra sugeriu estudar a possibilidade de ser cobrado o mesmo valor da anuidade do exercício anterior tendo em vista a atual crise econômica do país e que provavelmente dificultará o pagamento das anuidades pelos economistas além do custo político que um reajuste, mesmo que mínimo possa trazer, tendo em vista a imagem negativa que os economistas têm do Conselho. O Conselheiro Fernando Fernandes ponderou por que ao invés do Corecon aplicar o desconto de 20% previsto na Resolução não aplicava 15% por exemplo e os 5% fossem utilizados para investimentos em algumas tecnologias como aplicativos, plataformas de cursos e outras coisas que poderiam aumentar a receita da entidade e ao mesmo tempo fortalecer a imagem do Conselho perante os profissionais, com um trabalho de ampla divulgação entre a categoria. A Conselheira Lúcia Carvalho sugeriu manter o mesmo valor do exercício anterior considerando o cenário atual e o Conselheiro Marcelo Santos informou que o que conta não é nem o valor monetário que é muito pequeno, mas sim o valor psicológico que qualquer reajuste causará na cabeça do economista, sendo, portanto uma questão de estratégia. A Conselheira Lúcia Carvalho lembrou da PEC 108 que já está causando um efeito psicológico nos profissionais,

achando que a contribuição será facultativa. O Conselheiro Oswaldo Guerra lembrou da recessão que passa o país, da elevada carga tributária e que a manutenção do valor da anuidade politicamente poderia contar a favor do Conselho pois passaria a mensagem de que reconhecendo as dificuldades do atual momento, o Corecon fez o “dever de casa” e contribuiu com a categoria dos economistas não reajustando o valor de sua anuidade pelo segundo ano consecutivo. A Conselheira Ana Cristina ponderou sobre a visão negativa que a categoria tem do Conselho e que quando recebe o carnê de anuidade fica indignado por entender que a entidade não atua em favor da categoria. O Conselheiro Oswaldo Guerra perguntou se daria para colocar no carnê uma mensagem do Corecon informando que pelo segundo ano consecutivo não reajustava o valor da anuidade e o Superintendente Bruno Pires informou que talvez não fosse possível pois o campo para informações tem espaço restrito, mas que veria a possibilidade de fazer. A Conselheira Ana Cristina perguntou se seria possível imprimir uma mensagem e grampear no carnê e foi informado pelo Superintendente Bruno Pires que os carnês não saiam da sede da entidade e sim de Brasília. A referida Conselheira prosseguiu perguntando se o Conselho poderia imprimir a mensagem e encaminhar para a empresa, solicitando que a mesma grampeasse junto ao carnê e o Superintendente disse que vai checar com a empresa, mas que não acredita nessa possibilidade. O Conselheiro Oswaldo Guerra declarou que se não houver uma forma efetiva do Conselho comunicar ao economista sobre o feito, de nada adiantaria abrir mão do reajuste, pois o efeito político não seria alcançado. A Conselheira Lúcia Carvalho concordou com o Conselheiro Oswaldo Guerra e disse que era necessário que isso ocorresse da forma prévia e da maneira mais ampla e efetiva possível. O Presidente Reinaldo Sampaio informou que precisaria se ausentar para um outro compromisso, além de uma viagem que faria ainda naquela tarde e pediu ao Conselheiro Marcelo Santos para finalizar a reunião, informando que votaria conforme a maioria. O Conselheiro Federal Paulo Dantas mostrou-se preocupado com os impactos que o não reajuste da anuidade, por dois anos consecutivos, traria às contas do Conselho. O Conselheiro Oswaldo Guerra informou que não sente que a comunicação do Corecon seja eficiente a ponto de capitalizar positivamente esta decisão de não reajustar a anuidade com a categoria. O Superintendente Bruno Pires informou que a comunicação não é ineficiente como se propaga e é através da comunicação que os profissionais tomam conhecimento dos eventos e dos cursos do Conselho, do mesmo modo como souberam da eleição e das outras atividades do Conselho. Concluiu dizendo que pode ser verdade que a comunicação no carnê de anuidades possa trazer um efeito melhor, porém, não concorda quando se pensa que o Corecon não se comunica com os economistas. Colocada em votação, o Plenário deliberou pelo não reajuste no valor da anuidade para o exercício de 2020 com ampla divulgação entre a categoria. 3.4 – O que ocorrer. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente Reinaldo Dantas Sampaio encerrou os trabalhos da Sessão Plenária e eu, Bruno Pires Sacramento lavrei a presente Ata que será assinada por todos os presentes. Salvador 07 de novembro de 2019.